



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "C" AO Nº 042 QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
ATA DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Benedito de Lira (11,18,45) Walter Pinheiro (31,37,44) Telmário Mota (4,36,43) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (30) Walter Pinheiro (31,37,44) Lindbergh Farias (32) Fátima Bezerra (35)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (11,18,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (38)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (16,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (20,27) Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATA DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

1.1.1 – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de março de 2015..... 004

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 15H30, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e vinte e oito minutos do dia dez de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual da Senhora Deputada Elcione Barbalho, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Sandra Braga, Angela Portela, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Regina Sousa; das Deputadas Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Jéssica Sales, Júlia Marinho, Marinha Raupp, Professora Dorinha Seabra Rezende, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Carmen Zanotto, Keiko Ota, Shéridan e Rosângela Gomes; e do Deputado Jean Wyllys. Deixam de comparecer os demais membros. Registra-se a presença de Parlamentares não membros da Comissão, as Deputadas Luciana Santos e Flávia Moraes. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, para compor a Mesa. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes da Senadora Simone Tebet e da Deputada Keiko Ota para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos a Senadora Simone Tebet, Presidente Eleita da Comissão. Às dezessete horas e dezessete minutos, assume a Presidência a Deputada Keiko Ota. Usam da palavra: Ministro da Saúde Arthur Chioro, Deputada Keiko Ota, Deputada Moema Gramacho, Deputada Rosângela Gomes, Deputada Luciana Santos, Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Marta Suplicy, Deputada Carmen Zanotto, Deputada Conceição Sampaio, Deputada Erika Kokay, Deputada Luizianne Lins e Deputada Flávia Moraes. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Deputada Elcione Barbalho, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Deputada **Elcione Barbalho**, Presidente Eventual.

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Boa tarde a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

(Soa a campanha.)

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Obrigada.

Eu queria, com a devida aquiescência das companheiras aqui presentes, convidar o Ministro Arthur Chioro, que se faz presente aqui. S. Exª veio nos cumprimentar, veio participar, dizendo que não poderia de forma alguma estar ausente deste momento.

Nós queremos agradecer-lhe, Ministro. Seja bem-vindo. *(Palmas.)*

A Mesa informa que, até o momento, foram apresentados pelas Lideranças os seguintes nomes para Presidência e Vice-Presidência deste colegiado: para Presidente, a Senadora Simone Tebet; e, para Vice-Presidente, a Deputada Keiko Ota.

Por gentileza, havendo acordo das Lideranças para a indicação dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, eu queria consultá-los se poderíamos fazer isso por aclamação. *(Palmas.)*

As Sras e os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação da Senadora Simone Tebet para Presidente da Comissão e da Deputada Keiko Ota para Vice-Presidente da Comissão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleitas por aclamação a Srª Senadora Simone Tebet e a Srª Deputada Keiko Ota.

Convido-as para tomarem assento à Mesa, por gentileza, e passo a Presidência, desde já, para V. Exª, Senadora Simone. Sei que saberá conduzir muito bem esta Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Não da mesma forma como a senhora saberia.

O SR. ARTHUR CHIORO (*Fora do microfone.*) – Parabéns pela sua luta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – É uma honra tê-lo aqui. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Boa tarde, mais uma vez, às Srªs Senadoras e às Srªs Deputadas. Não sei se há algum Senador ou Deputado aqui presente, mas sei que já temos indicações de Senadores e Deputados para esta Comissão Mista.

Quero, de forma muito especial, agradecer a fala da nossa Deputada Federal Elcione Barbalho e retribuir dizendo que vou procurar dar o meu melhor para contribuir com esta Comissão, mas já sabendo, de antemão, que não tenho a mesma capacidade e experiência de V. Ex^a. Então, V. Ex^a vai ficar sentadinha aqui por muito tempo me ajudando.

Quero dizer que é uma grata satisfação e surpresa ter o nosso Ministro da Saúde aqui presente. Estamos em uma Comissão que, antes de tudo, por tratar da violência contra a mulher, está intrinsecamente ligada ao Ministério da Saúde.

Eu gostaria de, em rápidas palavras, reforçar aquilo que já foi dito por nós. Este é um problema complexo, um problema que vai exigir muito de nós. As estatísticas são assustadoras. E esta Comissão Permanente Mista é fruto ou é filha da CPMI que, por um ano e meio, investigou, apurou, com depoimentos, audiências públicas e com sugestões e proposições, projetos de lei, a situação real da mulher vitimada no Brasil.

Os números são muitos, não precisamos ficar aqui elencando todos, Senadora Sandra, Senadora Marta, mas acho que é importante, já que estamos ao lado do Ministro da Saúde, dizer que temos questões muito particulares e sérias que nos preocupam. A terceira maior causa – se não me engano, ainda deve ser isso – de mortalidade da mulher, de morte natural, é fruto de aborto; nós temos uma questão muito séria em relação à prostituição infantil, com o número vergonhoso de sermos o segundo País do mundo em quantidade de meninas vítimas desse crime; o tráfico de pessoas, em especial o tráfico de mulheres, no Brasil e no mundo, é considerado a terceira atividade ilícita mais lucrativa. E tudo isso vai fazer parte dos trabalhos desta Comissão.

Eu quero dizer, sem muitas delongas, que teremos aqui várias parceiras: a Vice-Presidente Keiko Ota foi nomeada nossa Vice-Presidente, mas eu quero dizer que ela será tão presidente quanto eu. Nós teremos 37 presidentes nesta Comissão. Mas, acima de tudo, seremos presididas pelas mulheres vítimas da violência neste País, e é disso que nós não podemos nos esquecer.

Nós teríamos que, hoje, fazer a indicação de uma Relatora, para que essa Relatora apresente, num prazo de 15 a 30 dias, um cronograma de trabalho; nesse meio tempo, estaríamos recebendo requerimentos, sugestões das Sr^{as} Deputadas e das Sr^{as} Senadoras; mas, como os Líderes ainda não indicaram a totalidade dos membros desta Comissão, eu quero pedir um pouco de paciência às nossas colegas e dizer que, na próxima reunião, que provavelmente se dará na próxima semana, nós veremos, na integralidade, os nomes dos membros desta Comissão, indicando a Relatoria.

Se alguma Deputada – não Senadora, porque sempre, como é de costume, quando a Presidência é do Senado, a Relatoria é da Câmara – ou Deputado desta Comissão quiser fazer, neste primeiro ano, a Relatoria, sinta-se à vontade para conversar conosco. Nós já temos aqui uma indicação, mas estaremos abertos porque, como eu já disse, quero partilhar com todos essa falta de experiência, essa falta de capacidade que tenho. Sei que a experiência de vocês, a capacidade de vocês, o trabalho de vocês é que vai fazer, nesse somatório, com que nós cumpramos o que nos foi delegado pelo Presidente do Senado: que esta Comissão, que é permanente, torne-se temporária o mais rápido possível; que ela possa um dia ser encerrada, porque teremos aí cumprido o nosso papel de diminuir, o máximo possível, essas estatísticas.

Eu pergunto ao Ministro se ele gostaria de se pronunciar, de fazer alguma consideração, antes de concluir aqui a nossa fala.

O SR. ARTHUR CHIORO – Muito breve pronunciamento.

Presidente da Comissão, Senadora Simone Tebet, quero saudá-la; quero saudar também a Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota; quero saudar a Senadora Elcione Barbalho; e, em nome das três, saúdo todas as Deputadas, Senadoras, lideranças do movimento de mulheres, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu não poderia deixar de fazer uma rápida passagem aqui, na instalação da Comissão Permanente, pela importância desse tema na perspectiva de promoção da saúde integral das mulheres. Eu acho que o tema da violência é um tema que explode no cotidiano de atendimento de nossas usuárias do sistema de saúde público e privado do País; muitas vezes, os serviços de saúde são aqueles que acolhem ou aqueles que acabam acobertando situações de violência contra a mulher.

Então, é decisivo, para que nós possamos avançar na promoção da igualdade, na produção de uma sociedade que enfrente a violência, uma sociedade de paz e de respeito à igualdade de gênero, que nós nos coloquemos à disposição.

E compareço aqui não apenas como Ministro da Saúde, mas como responsável pelo Sistema Único de Saúde, também me propondo a organizar, a articular os gestores estaduais e municipais na ações de vigilância e notificação dos agravos. Eu venho de uma experiência como Secretário Municipal de Saúde, durante muito tempo, numa cidade em que a notificação obrigatória dos casos de suspeita de violência contra mulheres na

rede de saúde do nosso Município fez com que se levantasse toda uma outra perspectiva do real significado desse problema.

Além disso, eu acho que é preciso fazer com que a nossa rede básica de saúde, o SAMU, as UPAs, os Centros de Atenção Psicossocial, os nossos serviços, todos eles, inclusive aqueles que lidam com atenção especificamente à mulher, tenham um cuidado cada vez mais humanizado, e que acolham, com dignidade, com respeito, cada uma das mulheres.

Parece-me que nós, do ponto de vista do Ministério da Saúde, do Sistema Único de Saúde, podemos colaborar com a Comissão Permanente, a Comissão Permanente Mista, não apenas na qualificação do cuidado com a saúde das mulheres na nossa rede, mas com a produção da pesquisa, que é feita por várias instituições vinculadas à área da saúde e toma esse tema da violência contra a mulher, a violência de gênero, como um tema importante de investigação; mas também combatendo e ajudando a combater todas as formas de violência: a violência institucional; a violência que é produzida pelos próprios trabalhadores no cuidado, no dia a dia, no acolhimento da violência feita por terceiros, no enfrentamento do racismo, que está presente, muitas vezes, no cotidiano de trabalho. Enfim, de todas as formas que pudermos.

Então, a minha presença aqui, uma passagem muito rápida, neste momento de instalação da Comissão Mista Permanente, é apenas para mostrar, para colocar à disposição a estrutura do Ministério da Saúde, mas, acima de tudo, para dizer o quanto é importante – acho que é um grande avanço para o Brasil – esta Comissão, que assumiu um caráter permanente e construiu uma agenda de enfrentamento do problema da violência contra a mulher, um problema do País que precisa, que pode ser enfrentado e, acima de tudo, pode ser superado se o tratarmos de uma maneira muito franca e com apoio de todos e de todas.

Então, queria parabenizá-las, todas as Deputadas e Senadoras das duas Casas, por esta decisão, e nos colocar efetivamente à disposição, para apoiar naquilo que for preciso, naquilo em que pudermos avançar. Para aquilo que não estivermos prontos, colocamo-nos à disposição para efetivamente sermos parceiros nessa empreitada que vocês hoje formalizam de uma maneira tão importante.

Era só isso. Muito sucesso a todas nesta tarefa!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Ministro Arthur Chioro.

Queria aproveitar, então, já que V. Ex.^a está se colocando à disposição desta Comissão e após também ouvir as demais colegas Senadoras e Deputadas, não em forma de requerimento, mas de solicitação, para pedir que, se o Ministério da Saúde tiver, que nos passe as estatísticas do custo da violência contra a mulher no setor da saúde deste País. Isso vai reforçar o nosso discurso.

Há pouco, acabei de falar a respeito disso, Ministro. Temos que quebrar esse tabu de achar que falar em nome das mulheres e falar na luta em defesa dessa igualdade é uma luta menor. É preciso acabar com essa discriminação. Na realidade, é uma questão tão grande quanto qualquer outra. Esses dados poderão nos auxiliar, mostrando que a violência contra a mulher tem um custo muito sério para o Brasil.

Eu disse, há pouco, que aproximadamente 1,2% do PIB brasileiro anualmente é perdido por conta dessa perda de produtividade da mulher no mercado de trabalho, e isso sem contar com estudos e dados do seu Ministério, que, se tiver, gostaríamos de receber, para efetivamente mudar o tom do discurso. Esse é um discurso e essa é uma causa que envolve a família brasileira, que é, de todas as células da sociedade, a mais importante e salutar.

Gostaria de, antes de passar a palavra aos inscritos – e já temos uma Deputada inscrita –, perguntar à Vice-Presidente se gostaria de se pronunciar neste momento.

A SRA. KEIKO OTA (PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas!

É, com muita emoção e alegria de estar mais uma vez nesta Comissão, dando continuidade a este trabalho, que quero parabenizar a nossa Presidente, Simone, que tenho certeza de que vai fazer um trabalho maravilhoso. Gostaria de agradecer este voto recebido aqui. Honrarei esta Comissão dando o melhor de mim, porque acho que realmente precisamos avançar muito.

E estou aqui vendo a Senadora Ana Rita, que fez um brilhante trabalho. Ela foi a Relatora e entregou um relatório maravilhoso. E foi a Comissão que sugeriu que se instaurasse esta Comissão Permanente. Acho que é de bom tamanho. Percorremos 17 Estados e vimos que realmente é preciso avançar nessa questão da violência contra a mulher.

Vou ser breve. Gostaria de agradecer a todas as Senadoras que estão aqui e de dizer uma frase que sempre gosto: “Proteger as nossas mulheres é salvar as nossas crianças, para garantir uma sociedade sem violência.” Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, nossa Vice-Presidente. (*Palmas.*) Com a palavra a Deputada Federal Moema Gramacho.

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT – BA) – Sr^a Presidenta, gostaria de começar cumprimentando-a e parabenizando-a pela posse já assumindo esta Comissão.

Quero também parabenizar a Vice-Presidenta, Deputada Keiko, e cumprimento também a nossa Deputada Elcione. Assim, cumprimento todas as demais Deputadas e Senadoras e quero parabenizar as duas Casas por esta iniciativa e pela oportunidade de estar aqui. Quero agradecer à nossa Bancada por ter depositado em nós essa confiança.

Eu gostaria de contar com a presença do Ministro para dizer que, efetivamente, é muito importante essa parceria com os Executivos municipais, estaduais e federal no tocante à questão da saúde. Mas é importante entender que a questão da violência contra a mulher tem várias frentes que precisam ser atacadas, desde a assistência, com as políticas públicas para a assistência, até as políticas públicas voltadas para a educação e as políticas públicas preventivas, para evitarmos que as nossas mulheres sejam violentadas, agredidas; e que isso já comece a ser feito a partir de uma construção, de uma mudança de cultura na base da pirâmide.

Eu queria colocar isso porque gostaria de falar de duas questões e, depois, fazer uma proposição. A primeira é que fui prefeita de um Município metropolitano, Lauro de Freitas, onde consegui implantar o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. Esse Centro de Referência foi um dos primeiros do Estado a ser implantado e, por conta de ter contado com a parceria do Governo Federal e com o Governo do Estado, conseguimos evitar que muitas mulheres sofressem violência e muitas mulheres perderam o medo de denunciar, porque tinham todo um acompanhamento psicológico, psicossocial, um acompanhamento de qualificação profissional e de autoestima.

E havia uma creche dentro desse Centro de Referência de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, porque é importante garantir que as mulheres, ao irem denunciar, possam levar suas crianças, para que elas tenham mais confiança em sair para denunciar sem deixar as crianças no ambiente agressor. Só estou dando um exemplo da importância de termos os Centros de Referência funcionando nos diversos Estados.

A exemplo dos Centros de Referência, quero parabenizar a nossa Presidenta Dilma por já ter inaugurado a primeira Casa da Mulher Brasileira. Que façamos com que isso seja uma realidade nos diversos Estados do Brasil. Que tenhamos mais Casas da Mulher Brasileira atuando e dando essa condição de as mulheres terem um acompanhamento assistencial e preventivo.

Eu queria dizer que também a título de mudança de cultura, não adianta fazermos todo esse esforço que estamos fazendo – nós Deputadas e Senadoras – e que os Executivos estão fazendo se não fizermos também com a família todo um trabalho.

E agora eu queria dizer que o nosso Governador Rui Costa inaugurou, no domingo passado, a Ronda Maria da Penha. O que é a Ronda Maria da Penha? Ele inaugurou um espaço da Secretaria de Segurança Pública que faz a ronda nos locais de maior incidência de violência contra a mulher, buscando conversar, buscando acompanhar a situação daquela mulher vítima de violência. São atitudes como essa que vão ampliando cada vez mais as ações.

Também por uma questão cultural fazemos tudo isso, mas não vai adiantar nada se continuarmos, nas nossas escolas, sem efetivar políticas na construção da educação. As televisões, os meios de comunicação fazem tudo ao inverso do que nós pregamos – que é o que vemos nos programas de violência contra a mulher, seja física, seja moral –, com as músicas a estimularem, inclusive, a violência contra a mulher. Na Bahia, o nosso Município implantou a Lei Antibaixaria, e o Estado da Bahia implantou também a Lei Antibaixaria, que é o seguinte: não deixar que o recurso público seja usado para pagar músicas que se proponham a estimular a violência contra a mulher, como “Um Tapinha Não Dói” e músicas desse gênero, (*Palmas*.)

que dizem que mulher é “filé da popozuda”, e por aí vai. São músicas como essa que rebaixam a qualidade da mulher e promovem a violência.

Então, aqui já dei entrada em um projeto, para o qual gostaria do apoio das Senadoras e Deputadas, para que o que já é lei na Bahia passe a ser lei no Brasil.

Finalizo, sem querer tomar muito o tempo e já tomando, dizendo que quero deixar aqui a minha maior repulsa à atitude... Sem nenhuma questão de censura, porque fui uma das deputadas estaduais que propus a federalização dos crimes contra jornalistas, mas não dá, em hipótese alguma, para vermos uma charge como a do Chico Caruso, fazendo uma tentativa de estímulo à decapitação da Presidenta da República. Poderia não ser a Presidenta da República, poderia ser qualquer mulher. Não há de se censurar, mas há que se dizer ser de um extremo mau gosto, de uma extrema falta de sensibilidade e um estímulo à violência que não pode ser feita com nenhuma mulher, tampouco com aquela que prega a democracia neste País, que já sofreu tortura e agora vai ser estimulada a sofrer decapitação, por conta da charge de um chargista corroborado por um juiz que não teve a coragem de assumir e retirou do Twitter sua proposição de que na sanção do feminicídio pela Presidenta Dilma, ela estaria legislando em causa própria.

Portanto, acho que é de um mal gosto terrível as duas expressões. O nome do juiz é Infante. Imagina, ele peca duas vezes. Infante porque deveria se reportar... O seu nome leva à infância, então ele não poderia dar mal exemplo e dizer que a Presidenta deveria inclusive ser assassinada, porque se ela está legislando em causa própria aprovando o feminicídio, ele está propondo que ela seja assassinada. E outro significado do nome dele, Infante, é que pertence à nobreza; então, ele está querendo voltar à época em que as mulheres, para serem castigadas, tinham de ser decapitadas ou assassinadas, e isso seria normal.

Então, quero deixar aqui a minha repulsa, sem censura, mas dizendo que foi de um mal gosto incrível e que nós mulheres devemos repudiar essas atitudes. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Deputada Moema. Aqui já aproveitando para dizer que, independente de coloração partidária, cada mulher neste País tem de ser tratada de forma igual e respeitada igualmente, independentemente do cargo que ocupe e independentemente de suas posições.

Passo a palavra à Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. ROSÂNGELA GOMES (PRB – RJ) – Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar a Presidenta, Senadora Simone, desejar sucesso em sua gestão. Fiquei envaidecida de ver V. Ex^a falar há pouco no Salão Nobre, com a propriedade com que defende os interesses das nossas mulheres.

Cumprimento também a Keiko, Deputada Federal, que atua conosco na Câmara Federal; as demais Parlamentares que aqui estão.

Fiz questão, Presidenta, de falar de imediato porque tenho reunião de Bloco agora e não vou poder ficar, mas quero dizer que não sou titular na Comissão, sou suplente, pois quem ficará como titular é a Deputada Federal Tia Eron. Estarei na suplência dando todo apoio. O que eu puder fazer para que esta Comissão tenha sucesso e êxito, podem contar comigo que farei.

Quero dizer que milito em nome de mulheres como Eliza Samudio, de quem até hoje não temos um resultado positivo; mulheres como Cláudia Ferreira, que saiu de casa para comprar pão pela manhã, foi baleada pela Polícia Militar no Rio de Janeiro e morreu de forma brutal quando aquele camburão saiu arrastando-a pela rua; e tantas outras, porque no lar onde fui criada também fui filha de pai e mãe que brigavam todos os dias e todos os dias via meu pai arrebentar a cara da minha mãe, tirar sangue da cabeça dela, e vi isso na vida da minha irmã, com meu cunhado, também fazendo a mesma coisa. Estarei aqui defendendo o direito de todas as mulheres, ainda que tenha divergência, ainda que tenha que votar contra ou a favor, mas exercendo a cidadania e, sobretudo, fortalecendo a democracia em todos os setores da sociedade.

Avante, mulheres brasileiras! Parabéns à Comissão. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Deputada Rosângela.

Como eu disse que aqui nós teremos 37 presidentas ou presidentes, também nós não teremos aqui titulares e suplentes. A senhora vai ter aqui todo o espaço para apresentar sugestões e colaborar com esta Comissão tão importante.

A SRA. ROSÂNGELA GOMES (PRB – RJ) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Antes de dar a palavra à Deputada Luciana Santos, eu gostaria de perguntar à Senadora Vanessa Grazziotin, que é nossa Procuradora da Mulher no Senado e que está aqui presente, se gostaria de compor a nossa Mesa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Estou aqui como membro da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Depois da Deputada Luciana Santos, então, a senhora é a próxima a falar.

Agora, com a palavra, a Deputada Luciana Santos.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB – PE) – Boa tarde a todas as nossas Senadoras e Deputadas que estão aqui presentes na instalação da nossa Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher; a todos os assessores e todas as pessoas que acompanham esta solenidade que marca as datas de lutas e de reflexões do Dia Internacional da Mulher. Acho que esse é um passo muito importante que a nossa Casa está dando. Nós saímos de uma CPMI comandada pela Deputada Jô Moraes, que foi exitosa, com a relatoria da Senadora Ana Rita.

A CPMI apresentou um relatório com bastantes informações sobre o cenário e fez o diagnóstico da situação da violência contra a mulher no nosso País.

E acho que ontem houve um passo importante quando a Presidente Dilma sancionou a lei do feminicídio, que também é fruto da posição deste Congresso na perspectiva de fazer valer legislações e marcos legais cada vez mais efetivos. Espero que, para além da Lei Maria da Penha, nós possamos punir exemplarmente e tornar a lei mais dura para todo e qualquer atentado contra a mulher e contra a vida das mulheres.

Acho que nós temos, nesta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, de cuidar daquilo que significa uma política pública que efetivamente enfrente essa questão. São necessárias as redes de proteção à mulher, que é o debate que a Moema bem levantou, esse debate que considero um dos mais difíceis de serem superados, porque isso diz respeito à uma ideologia, a um conceito na sociedade, a uma cultura machista que precisamos colocar em debate no campo da cultura, no campo dos meios de comunicação. Sem isso, nós não enfrentaremos a violência contra a mulher.

Eu fui prefeita da minha cidade. Lá, em pleno Carnaval, tivemos de enfrentar a musiquinha do “tapinha não dói”, e fizemos isso com o rigor da lei. Colocamos a polícia para retirar as caixas eletrônicas de som, invocando, na verdade, a lei que defende a cultura popular, porque, na lei do Carnaval, é proibido um som eletrônico que supere o som da percussão, da cultura popular. E aquelas caixas de som impediam que os blocos circulassem nas ladeiras do sítio histórico, e, por coincidência, a música mais tocada era exatamente essa do “tapinha não dói”. E isso fez valer um momento de um ponto alto do enfrentamento da violência contra a mulher.

Será muito bem-vinda a lei de Moema – que já é lei na Bahia – no plano federal, para que enfrentemos essa situação que é tornada natural nos meios de comunicação. É muito comum na TV, nos programas de auditório, o estímulo e a apologia da violência contra a mulher.

Nós também precisamos analisar um ponto – e eu finalizo dizendo isto. Ontem, observando a lei – e o sancionamento pela Presidenta da República – do feminicídio, chama-me a atenção que apenas 2% dos casos de homicídios contra mulheres no Brasil vão a juri, chegam à sua conclusão. Nós precisamos ir adiante. As leis são necessárias, nós as estamos formulando, nós estamos avançando, há um arcabouço legal bastante persistente, mas precisamos colocar quem pratica a violência contra a mulher na cadeia. Do contrário, nós não vamos punir exemplarmente os culpados, nem vamos tornar a lei eficaz.

No Estado de Pernambuco, o saudoso Governador Eduardo Campos criou a patrulha Maria da Penha, que é a patrulha dos bairros feita pela Polícia Militar, específica para o enfrentamento da violência contra a mulher. Até tornezeleiras são usadas para os casos dos homens que já praticaram alguma violência.

Todos esses exemplos e todas essas possibilidades precisam ser tratados nesta Comissão, que deve ser um verdadeiro ambiente de mobilização dos Estados brasileiros, na perspectiva de efetivamente desenvolver políticas públicas. O enfrentamento da violência contra a mulher não se encerra, nem termina na violência contra a mulher; ela diz respeito a um conjunto de medidas que, tenho certeza, nós conseguiremos levar adiante, porque tenho certeza de que esta Comissão tem muita disposição política, muita vontade política para que façamos valer todas essas medidas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pelo que estamos vendo, a começar pela disposição de V. Ex^a, Deputada Luciana, estou ficando cada vez mais entusiasmada com esta Comissão. E faço aqui um reparo: eu acabei não cumprimentando a Senadora Ana Rita, que foi Relatora, e quero dizer que nós vamos plagiar muito o seu trabalho.

Eu tive o cuidado de lê-lo. Não tive condições de ler mil páginas, mas já li várias páginas. Vou repetir novamente o que falei, que me chamou muito a atenção. Acho que a senhora teve a capacidade de resumir toda a visão que nós temos que ter da grandeza do trabalho desta Comissão quando disse “que, na realidade, a violência contra a mulher atenta contra a integridade física e psíquica das futuras gerações”. Disse isso agora há pouco. E é verdade.

São discursos como esse que vão fazer com que chamemos a sociedade, aqueles que ainda não nos veem como iguais, que acham que essas são questões menores, para o debate e para o nosso lado, e não como foi dito aqui e ouvi também alguns editoriais de jornais, questionamentos sobre o crime de feminicídio. Por que nomear o crime de homicídio contra a mulher de crime de feminicídio? Tivemos ainda que escutar questões como essas.

Então, parabéns, pela sua relatoria. Se V. Ex^a não se importar, nós vamos nos utilizar desse relatório como nosso livro de cabeceira porque ali nós temos relatos, tem depoimentos, tem estatísticas, tem proposições e recomendações que ainda foram aprovadas por esta Casa. Então, eu gostaria aqui de fazer uma justa homenagem à Senadora e em seu nome a todos os membros da Comissão.

Senadora Vanessa Grazziotin; em seguida, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senadora Simone, Deputada Keiko, Sr^{as} Deputadas, Senadoras, companheiras, companheiros, quero, antes de mais nada, que minhas primeiras palavras sejam de desejo, às duas que estão coordenando esses trabalhos da Comissão e a todos nós, e a todas nós que compomos a Comissão, que possamos efetivamente dar aquela contribuição a mais de que necessita a sociedade.

Eu também inicio seguindo as homenagens que fiz hoje na tribuna do Senado Federal a nossa querida e eterna Senadora Ana Rita.

Tivemos aqui, em 2014, a CPMI da Violência contra a Mulher, a Deputada Jô Moraes presidia e a Senadora Ana Rita era a Relatora, e propiciou um belo relatório com apresentação de inúmeros projetos, que, quase na sua totalidade, foram aprovados já no Senado. Aliás, esta Comissão é fruto de um projeto de iniciativa da CPMI.

O feminicídio, que foi sancionado ontem pela Presidenta Dilma, aprovado pelo Senado e pela Câmara, também foi uma propositura da CPMI.

Eu tenho certeza de que esta Comissão dará continuidade ao trabalho que tem que ser permanente, porque CPMI tem data, dia e hora para começar e para acabar, esta aqui não. Nós temos também, de acordo com a resolução que a criou, um tempo mais seguido de funcionamento. E tenho certeza de que a gente fará um trabalho que será muito importante para a sociedade.

Eu quero, Simone, repetir as suas palavras de abertura, que foram importantes e que nos representaram a todas. É um tema extremamente complexo e de enfrentamento complexo, porque envolve não apenas práticas, cultura secular, mas envolve aquilo que a sociedade acostumou a determinar como algo privado, restrito a poucas pessoas. Daí o velho ditado: em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. Porque é isso, a concepção da inviolabilidade. A inviolabilidade do lar, da casa é constitucional, mas não para servir de palco para a violência, para isso, não. Então creio que o nosso trabalho, o trabalho de todos vocês, das senhoras, principalmente, será muito importante.

O que queria, Senadora Simone, é fazer uma sugestão; também para a Deputada Keiko.

Esta aqui funcionando é a terceira Comissão Mista do Congresso Nacional. A primeira é a Comissão Mista do Orçamento, que funciona a vida inteira; a outra Comissão que tem um funcionamento regular é a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que também tem um funcionamento regular. Esta aqui é a próxima, é a terceira Comissão que terá um funcionamento regular.

A resolução que criou a Comissão, da forma como foi apresentada pela CPMI, é muito vaga sobre o funcionamento da Comissão, ela diz apenas no seu art. 10, no Capítulo IV Dos Trabalhos que as reuniões da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher serão públicas e nos seus trabalhos aplicar-se-ão, no que couber, as disposições dos Regimentos das Casas do Congresso Nacional relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes.

Creio, Senadora Simone, que seria importante que tivéssemos – isso é comum em todas as Comissões mistas ou em qualquer uma das Casas – , quando não somos todos atingidos pelo Regimento, uma carta de procedimentos que chamamos de regulamentação do funcionamento dos trabalhos, porque, diferentemente das outras Comissões, não vamos analisar matérias, não vamos votar, dar parecer sobre projeto A ou B, não, vamos sugerir; vamos dar parecer sobre situações e, a partir disso, sugerir proposições. E como a própria resolução diz, todas elas deverão iniciar a sua tramitação pela Câmara dos Deputados.

Então, seria importante, como há a CMMC, que aqui tivesse também um regulamento para que possamos ter mais clareza dos nossos trabalhos e da forma organizativa. Já há uma proposta, Senadora Simone, que foi construída pela própria Consultoria da Casa, baseada no funcionamento de outras subcomissões. Então, a senhora, como Presidente, Senadora Keiko, poderia ver o trabalho que já nos foi apresentado e sugerido pela consultoria e, a partir daí, quem sabe, na próxima ou nas próximas reuniões, aprovaríamos esse regulamento que considero fundamental para evitar qualquer tipo de atrito, de dúvida.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço, Senadora Vanessa, inclusive pela experiência que tem à frente da Procuradoria da Mulher.

Vou receber a proposta, lembrando que vamos analisar com a equipe técnica, mas que não gostaríamos de fazer nada sem ouvir também as demais Deputadas e Senadoras; então, assim que tivermos analisado e sendo viável, de acordo com os nossos assessores, estaríamos distribuindo uma cópia para as Sras Deputadas e Sras Senadoras, para que possamos, quando a Comissão estiver totalmente composta, porque ainda faltam alguns Líderes que indiquem os membros, possamos levar à votação e deliberação do citado requerimento, que passa a ser o Requerimento nº 1 desta Comissão.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Primeiro, quero dar parabéns à Senadora Simone Tebet, porque fiquei muito animada com seu discurso, achando que teremos realmente alguém que dará o coração, a força, o trabalho, para que essa Comissão tenha o mesmo brilho que teve a Comissão ante-

rior; e também à Vice-Presidente, Keiko Ota, que foi uma grande colaboradora, com participação intensa na Comissão anterior.

E aproveito a presença hoje aqui da Senadora Ana Rita para dizer que nós todas, mulheres brasileiras, temos muito a agradecer pelo empenho, pela seriedade com que ela se dedicou a esta Comissão, que teve tal importância que se tornou uma Comissão Permanente da Casa.

Enquanto as falas procediam, a gente às vezes voa um pouco, pensa em outras coisas, e eu pensava que há 34 anos tivemos, na televisão, TV Mulher, e lembrei de algumas coisas como, por exemplo, cartas que diziam: “Será que posso, a partir disso que está sendo falado, sentar à mesa juntamente com meu marido?”; e outra que também dizia assim: “Pois é, ele cortou minha orelha e agora estou com medo de voltar para casa, porque ele vai cortar a outra”. O que certamente iria fazer mesmo.

Então, percebemos que, de um lado, avançamos enormemente, mas as orelhas continuam sendo cortadas. E esse paradoxo é algo que é muito sério, porque já faz 34 anos que esse programa que alertava as mulheres, discutia a situação das mulheres, teve início no Brasil.

Entrementes, acredito que a sanção da lei contra o feminicídio, pela Presidenta, ontem, foi extremamente importante, porque mostra a relevância de ter uma Comissão que combata a violência; e que se nomeie a violência, porque sem nomear o que existe, não temos a lei, não temos a proteção, não temos a discussão. Então, essa sanção da lei contra o feminicídio é algo contra o qual percebo que há uma resistência enorme na sociedade; é chacota, é editorial de jornais. Há articulistas também a favor, homens articulistas também a favor, mas ainda não foi assimilada a sua dimensão. É impressionante como não foi.

Ao mesmo tempo, quero dizer que esse relatório de 2013 terminou contribuindo com 13 projetos, seis que estão tramitando na Câmara e sete que estão aqui no Senado; e essa parceria muito produtiva da Bancada feminina nos mostra o caminho, porque foi realmente a união e o empenho das Deputadas com as Senadoras que fez com que a gente conseguisse aprovar essas leis.

As mulheres unidas realmente fazem diferença. Nós temos, por exemplo, as matérias aprovadas: o reconhecimento como tortura da submissão de alguém à situação de violência doméstica e familiar com emprego de violência ou grave ameaça e intenso sofrimento físico ou mental; o encaminhamento da ofendida para abrigo, devendo ser comunicado – achei muito importante – em 24 horas ao juiz e ao Ministério Público para análise imediata dos requisitos da prisão preventiva do agressor. Porque é a mesma história da orelha: se demora quatro dias, quando chega lá, não tem mais orelha e, às vezes, não tem nem mais a mulher. Então, isso foi um avanço extraordinário.

Também outro avanço é o de que o Sistema Único de Saúde pudesse organizar serviços públicos específicos, especializados para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica em geral. Por isso, muito nos alegrou a presença do Ministro da Saúde. O Ministro Chioro tem essa sensibilidade e nós devemos aproveitar essa sensibilidade para a implantação dessas leis, porque nós também sabemos que há a lei; agora, implantar uma lei dessas neste Brasil tão grande é algo vagaroso, é algo difícil; mas daqui a pouco nós podemos chamar o Ministro, daqui a alguns meses, dizendo que vamos chamá-lo para saber em que pé está, em que Estado já está, como está funcionando.

Outro avanço foi a instituição do auxílio transitório decorrente de risco social provocado pela situação de violência doméstica, o que é extremamente importante, assim como foi criado o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência, porque, se você obriga a mulher a voltar para a casa, ocorre a situação em que não há jeito: ela volta para casa e apanha de novo ou é morta. Isso foi outro avanço.

Bom, para esta matéria e outras de origem da Câmara serem aprovadas, a Comissão investigou durante um ano e meio. Foram feitas audiências públicas – eu me lembro das que foram feitas em São Paulo, muito contundentes, com depoimentos horrorosos, fortíssimos, com fotos. Foi tudo muito bem feito, documentado, que sensibilizou realmente. E, agora, essa nova Comissão tem esse desafio enorme, uma série de obrigações como a de apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Esse é um grande desafio com que nós vamos ter que lidar, assim como as falhas nas ações e serviços da seguridade social, na prestação da segurança pública e jurídica às mulheres.

Aliás, eu adorei a história desse caminhãozinho que anda em Salvador, que foi contado, não é? Essa ronda. Isso é muito interessante também porque vai nos lugares mais difíceis. Às vezes, as mulheres não têm nem condição de ir, de sair para buscar esse auxílio. Há muita coisa já acontecendo no Brasil e que nós podemos aproveitar como sugestão aqui na nossa Comissão.

Também queria dizer sobre a questão da violência contra a mulher no parto. Eu gostaria muito de que nós nos aprofundássemos nessa questão, porque há um debate grande nas redes sociais, e isso está ocorrendo principalmente com mulheres indígenas e mulheres negras. A Fundação Perseu Abramo apontou que uma em cada quatro mulheres – eu achei isso quase inacreditável: 25% das mulheres já declararam

terem sofrido violência no parto, com destaque para o exame do toque doloroso; negativa para receber um remédio para avaliar a dor; a não explicação para procedimentos adotados, como se a mulher fosse uma débil mental; gritos de profissionais ao ser atendida; negativa de atendimento, xingamento e humilhação. Ainda, cerca de uma em cada quatro ouviu de algum profissional alguma coisa como: “Não chore, porque no ano que vem você está aqui de novo.”; ou “Na hora de fazer não chorou.”; “Se gritar, eu paro e não vou te atender mais.”; “Se ficar gritando, vai fazer mal para o neném, que vai nascer surdo”. Quer dizer, são absurdos que nos deixam muito indignadas.

Aliás, para médicos que nós provarmos que falam essas coisas para uma mulher em trabalho de parto deveria haver uma sanção até da Associação Médica. E com isso nós podemos caminhar aqui também. Fica uma ideia, Senadora Simone.

Essas atitudes caracterizam as diversas formas de violência obstétrica: física, psicológica, institucional, sexual, material, midiática.

É importante que se entenda que a violência à mulher não é só física, ela ocorre muito também no nível psicológico. E eu quero dizer, encerrando, que estamos aqui, agora... A Senadora Sandra Braga acabou de sair, não pode ficar, mas ela comentava comigo da importância de termos mais mulheres no Parlamento, porque vocês vejam, nós somos aqui bastantes; não temos Deputado nem Senador, porque é como se não fosse assunto de homem.

Tudo bem. Quer dizer, seria melhor se estivessem aqui conosco nisso, mas se é assim no presente momento, precisamos ter mais de nós mesmas para engrossar esse caldo que mostra a lei, vota a lei, briga pela aprovação dessas leis, E fico feliz em convidar as Deputadas todas, as Senadoras, para dia 26, em São Paulo, quando vamos entregar o nosso manifesto do que queremos na reforma política em relação às mulheres: 30% das vagas; não mais legenda, mas cadeiras. E nós esperamos conseguir.

Muito obrigada, Srª Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª demonstra a importância de V. Exª estar atuando nesta Comissão pela experiência que tem muito do seu legado como psicóloga, como gestora pública à frente da Prefeitura de São Paulo e mesmo como Senadora.

Eu fui alertada aqui pelo corpo técnico desta Comissão que, regimentalmente, sempre que começa a Ordem do Dia e parece-me que já começou no Senado, nós somos obrigadas a suspender ou encerrar a reunião. Mas se for da vontade da manifestação das demais, como começou a Ordem do Dia no Senado e na Câmara não sei se começou, poderíamos passar a Presidência à nossa Vice-Presidente que é Deputada Federal e, eu e a Senadora Marta poderíamos cumprir a missão.

Com isso, não sei se estou ferindo o Regimento Interno, mas nós somos soberanas em relação a ele. Isso é apenas para que as demais – faltam aqui cinco para usar da palavra, são cinco Deputadas – possam se pronunciar, afinal essa é a criação da Comissão.

Não sei se a Senadora Angela vai querer se pronunciar e se inscrever, mas eu realmente tenho que estar em Plenário. Eu não gostaria de encerrar esta Comissão e passaria a palavra a ela, mas não sem antes também pedir aqui um pouquinho de paciência às Deputadas e Senadoras para fazer uma proposição: nós ainda não temos todos os nomes indicados pelos Líderes e acredito que não teremos até a próxima quarta-feira. A princípio, as nossas reuniões estão marcadas, de acordo com a equipe, todas as quartas-feiras, às 14 horas.

Eu perguntaria se haveria algum impedimento de que fizéssemos a próxima reunião no dia 25 para não esvaziar. A Mesa já está pronta para receber qualquer requerimento ou qualquer sugestão, já teremos passado, nesta semana ainda, esse ato de solicitação da Senadora Vanessa para ser analisado e, daqui a 15 dias, no dia 25, quarta-feira, às 14 horas, estaríamos indicando relatoria, apresentando e votando proposições.

Há algum impedimento de que tenhamos aí esse espaço de 15 dias, uma vez que não temos ainda a plenitude da composição?

Nenhuma discussão, todo mundo concorda? Então, a próxima reunião está convocada para o dia 25, às 14 horas, quarta-feira.

Passo, portanto, a Presidência à Deputada Keiko Ota. Eu e as Senadoras estaremos nos dirigindo ao Plenário, neste momento.

Obrigada.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Srª Presidente, só queria propor que a gente fosse mais rápido nas falas, porque todas, daqui a pouco, teremos que nos ausentar. Então, somos em cinco inscritas, mas que possamos registrar a nossa posição.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – É de extrema importância darmos continuidade e ouvirmos as cinco inscritas aqui.

Ouviremos agora a Deputada Carmem Zanotto.

A SRA. CARMEM ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada, nossa Vice-Presidente Keiko Ota, que no momento está presidindo os trabalhos desta nossa Comissão e, em seu nome, quero cumprimentar a Senadora Simone, a Deputada Elcione e a nossa Procuradora que também acaba de sair para outros compromissos; e dizer que a instalação desta Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher é fundamental, fruto de um trabalho intenso, que aqui precisa ser reconhecido, de um grupo de homens e mulheres, Deputadas, Deputados, Senadores e Senadoras, presididos pela Deputada Jô Moraes, e a nossa Relatora foi a Senadora Ana Rita.

Foi um ano e meio de trabalho. A gente vê que uma CPMI está conseguindo avançar nas suas proposições, como foi o caso do projeto que trata de feminicídio, sancionado pela Presidente ontem. Mas ainda temos muito a avançar.

Trago duas preocupações, uma com relação ao orçamento para implementação das políticas públicas de violência contra a mulher. Nós precisamos ter muito cuidado. Eu acho que esta Comissão tem o papel de acompanhar não só o orçamento da União, mas de cobrar de nossos Estados e Municípios, porque, quando vamos para a ponta e quando nós fomos às audiências, percebemos que este tema é relevante, mas não é tão relevante para o Executivo, para quem está na ponta. É mais um assunto. É um assunto das mulheres. É um assunto que não tem obras para inaugurar. É um assunto que não é palpável, como se as estatísticas não fossem palpáveis. Então, nós precisamos estar muito vigilantes quanto à implementação das políticas.

Nós precisamos ter outro olhar para as estatísticas que temos no País, que são muito questionadas. Por exemplo, nosso Instituto Sangari elenca nosso Estado de Santa Catarina numa das melhores posições. Ele ocupa a 26ª posição. Então, é um dos menos violentos do País. O meu Município de Lages está entre os cem mais violentos, ocupando a 17ª posição. Dizem que a estatística deve estar equivocada. Não, gente, se a estatística vale para quando estamos, em termos de Estado, numa das melhores posições, tem que valer para os cinco Municípios de Santa Catarina que estão entre os cem mais violentos serem reconhecidos como tal. Mas percebemos que temos fragilidade nos sistemas como um todo e precisamos avançar muito na obtenção de dados precisos, corretos.

Queria pedir, Presidente, que fizéssemos um apelo aos Líderes. Eu não consigo ver esta Comissão composta apenas por mulheres. Eu não consigo entender que esta Comissão seja menos importante que a CPI da Petrobras. Ela é importante tanto quanto. O tema “violência contra a mulher” não atinge só as mulheres, porque as mulheres são filhas dos homens, são irmãs de homens. Onde é que estão os homens do nosso Parlamento? Será que nós teremos, nesta Comissão, de trabalhar este tema apenas com as mulheres? Por quê? Eu penso que não dá para a gente aceitar essa condição. Façamos um apelo ao conjunto dos Líderes dos Partidos para que a representação masculina se faça presente nesta Comissão. Eu sei que isso não é regimental, mas é importante o papel dos homens aqui conosco.

Destaco o Dr. Rosinha como um dos homens que atuou na nossa CPMI brilhantemente, falando inclusive da questão cultural da violência contra as mulheres. Então, precisamos ter aqui também a representação dos Senadores e Deputados na nossa Comissão.

Muito obrigada. Peço licença, Presidente, porque sou obrigada a ir para uma audiência fora da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – São membros seis Deputados e um Senador.

A SRA. CARMEM ZANOTTO (PPS – SC) – Ótimo! Que alívio!

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Vamos trabalhar!

Ouviremos agora a Deputada Conceição Sampaio. Por favor.

A SRA. CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP – AM) – Muito obrigada.

Deputada, gostaria primeiro de agradecer a Deus por este momento. Entendo que nós estamos vivendo o mês da mulher. Certamente o nosso compromisso acaba sendo muito maior, porque a sociedade que nós defendemos não é uma sociedade somente para as mulheres. Lutamos por uma sociedade em que os nossos companheiros possam se sentir partes integrantes dessa transformação social.

Nós não queremos discutir a violência contra a mulher só com mulheres, até porque esse problema não é só das mulheres. Esse problema certamente é o problema de uma sociedade que está manchada pela violência que mata mulheres dentro de casa, que tira a infância das nossas meninas e meninos, porque a pedofilia é um mal neste País e nós devemos ter a coragem de continuar combatendo.

Deputada Érika – eu sempre gosto de citá-la, porque ela esteve no Estado do Amazonas –, fizemos um grande enfrentamento para lembrar que as nossas meninas e os nossos meninos não são mercadorias a ser utilizados ou utilizadas nas mãos de muitos neste País.

Por isso, quando falamos da violência que nós, mulheres, enfrentamos, é bom que os nossos companheiros sentem-se à mesa conosco, porque os homens são pais de mulheres, e eu tenho certeza de que nenhum pai de família pode entender como normal ver uma filha sua sendo morta, sendo estuprada, recebendo uma

violência. Então, aquilo que nós não queremos para as nossas filhas, nós não podemos entender como normal ver acontecer na vida de tantas famílias neste País.

Gostaria de cumprimentar cada pessoa que se engaja na transformação social do Estado brasileiro. Quero destacar o papel dos movimentos de mulheres, papel fundamental para que nós pudéssemos hoje, inclusive, estar aqui, tomando um assento numa Casa de Leis. É essa transformação que nós queremos. E nós queremos lembrar não só o mês de março, o mês das mulheres, mas reafirmar essa luta, que deve ser permanente.

Eu participar como membro desta comissão me encoraja, me empodera e certamente faz com que nós tenhamos um olhar voltado para este País.

Ao terminar, Sr^a Presidenta, quero desejar boa sorte e principalmente lembrar também as mulheres do meu Estado, as nossas mulheres indígenas, as nossas mulheres ribeirinhas, as nossas mulheres que são agueridas, mas certamente estão totalmente, ainda, alheias da transformação social que elas merecem.

Lembro que, em 2006, o Presidente Lula sancionou a Lei 11.340, a Lei Maria da Penha. Nós temos mariais da penha espalhadas neste País, no meu Estado não é diferente. Precisamos fazer com que se amplie a rede de enfrentamento que hoje a cidade de Manaus, capital do Amazonas, já tem, mas as nossas mulheres do interior, não. Lei boa – eu gosto sempre de lembrar – é lei cumprida.

Então, que façamos com que esta Comissão Mista do Congresso Nacional sirva para todas as mariais da penha espalhadas onde quer que elas estejam.

Então, muito obrigada.

É uma honra poder compor esse trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada, Deputada. Precisamos desse seu apoio, do seu trabalho. Vamos nos unir, não é?

Agora, ouviremos a Deputada Érika Kokay, por favor.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT – DF) – Eu gostaria, primeiro, de me somar às homenagens à Senadora Ana Rita, porque a Senadora Ana Rita, todas as pessoas que compuseram a Comissão, a CPI Mista de investigação da violência contra a mulher, sentem que o seu trabalho se repercute, ou tem, como fruto, esta própria Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A Senadora Ana Rita, a Deputada Jô Moraes cumpriram a função, como relatora e como Presidenta, respectivamente. E são responsáveis por esses desdobramentos.

Então, eu penso que nós devemos começar a instalação desta Comissão homenageando essas mulheres que desenvolveram o trabalho durante a CPI.

Penso que a violência contra a mulher é, primeiro, expressão nítida de que a gente não fez o luto do colonialismo, em que o País, repartido em tiras, foi entregue aos amigos do Rei, que se sentiam donos não só das terras, mas também das mulheres e das crianças. É a lógica patrimonialista que ainda está presente nas famílias patriarcais, em que as mulheres são transformadas em coisas. E todas as lutas que buscam romper a coisificação do ser humano são lutas extremamente transformadoras e revolucionárias nesta etapa da nossa humanidade, em que a mão invisível do mercado adentrou as cidadanias da intimidade e tem capturado desejos, formas de ser e concepções de vida, inclusive.

Lembra-me Pasolini quando diz que nós vivemos um genocídio cultural, ou seja, que a nossa própria forma e a nossa forma de ser tem sido vítima de um ataque dos mais profundos. E digo isso porque nós precisamos fazer uma revolução cultural. Ela está dada. Eu acho que o Brasil fez várias revoluções, revoluções, muitas vezes, silenciosas, e as mulheres fizeram várias revoluções silenciosas, e o fazem cotidianamente, mas é necessário que a gente entenda que é preciso fazer uma revolução cultural.

A Lei Maria da Penha e esta Comissão contribuem para que nós façamos esta revolução cultural e entendamos que violência nem sempre deixa marca na pele. Essa que deixa marca na pele é mais visível, mas há uma violência que é entranhada, a violência da culpa. As mulheres sentem culpa quando os filhos adoecem, quando os perdem para as grades; e isso vai corroendo a própria autoestima, a autoestima das mulheres, fazendo com que nós tenhamos uma posição que não é de igualdade de direitos, de equidade de gênero, que não é uma discussão menor, não é cereja de bolo, não é chantilly de café, que deixa o café mais gostoso mas não é o café.

Equidade de gênero é estruturante, porque nós temos uma sociedade que assassina mais de 50 mil pessoas todos os anos. São pessoas que foram desumanizadas simbolicamente. A violência contra a mulher desumaniza, arranca, desalma; arranca pedaços da própria mulher. A violência é tudo aquilo que subalterniza o outro ou que anula o outro enquanto outro.

Por isso penso que esta Comissão deve discutir, inclusive, as violências institucionalizadas. A violência da sub-representação das mulheres no Parlamento é uma violência à democracia, é uma violência às mulheres. Há ausência de igualdade de oportunidade para as disputas eleitorais, para que nós tenhamos uma sociedade

sem as nossas burcas invisíveis, posto que há menos mulheres na Câmara Federal do que em países onde as mulheres usam burca.

Portanto, Deputada Keiko, eu gostaria de dizer da importância estruturante para que nós tenhamos uma cultura de paz, para termos uma sociedade em que não haja medo nem das noites nem das ruas, porque nem as noites nem as ruas foram feitas para termos medo delas. E para construirmos uma sociedade onde todo ser humano possa viver a sua humanidade. Não vamos conseguir se tivermos milhões de mulheres que não querem voltar para casa. Porque em casa nós somos nós mesmos e na rua nós somos anônimos, ninguém sabe quem nós somos. Existem milhões de mulheres neste País que não querem voltar para casa, porque serão vítimas de uma violência, de um arrancá-las delas mesmas, e de um esvaziamento da sua própria humanidade.

Por isso, a minha alegria de fazer parte desta Comissão e dizer que o espectro de atuação dela tem que ir para além do que é necessário e fundamental, que é fazer com que a Lei Maria da Penha se transforme numa realidade, porque aí tem razão Drummond quando diz que as leis só não bastam, porque os lírios não nascem das leis.

As leis são instrumentos para transformar a realidade. Vai para além disso e é preciso que a gente identifique toda a violência das remunerações rebaixadas, toda a violência da sub-representação nos espaços de poder, todas as violências que atingem as mulheres e que, portanto, atingem o conjunto da humanidade. Se nós naturalizarmos a violência contra a mulher – e, muitas vezes, nem a identificamos porque ela se entranha, ela se incorpora ao tecido social –, nós perdemos a noção de humanidade.

A gente só tem a noção de humanidade quando temos a noção da diferença das diversidades. A gente só tem a noção de humanidade quando consegue exercer uma condição de sujeito: sujeito da vida, do passado, do futuro, do corpo, do desejo e tantas condições que foram negadas às mulheres no País – e encerro como comecei – que ainda não fez o luto do colonialismo.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Parabéns, Deputada. Eu comungo com V. Ex^a. Acho que nós temos que atuar em duas pontas: com leis mais duras, mas também com a cultura de paz.

Parabéns, viu. V. Ex^a foi Presidente da CPML da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e fez um grande trabalho. Muito obrigada.

Gostaria de, agora, ouvir a Deputada Luizianne Lins.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT – CE) – Boa tarde, Sr^a Presidente, na condição de Presidente, Keiko Ota. Parabenizo-a e também a Senadora Simone por este desafio.

Eu quero me colocar também à disposição para colaborar. Acho que foram muito importantes as colocações aqui, porque uma coisa nos une. É fundamental que, entre nós, exista sempre essa solidariedade, porque a gente não pode, também, no nosso cotidiano como mulher, muitas vezes se utilizar das formas do masculino para resolver as coisas. Eu acho que nisso a gente faz a diferença.

Eu fui Prefeita de Fortaleza... Na verdade eu fui Vereadora e também tive a oportunidade de relatar uma CPI que investigou o tamanho da violência contra a mulher em Fortaleza. Depois, também uma CPI que investigou uma rede organizada de turismo sexual na cidade. O fato causador foi o assassinato de seis portugueses por um português que chegou à cidade anteriormente.

A CPI investigou por seis meses e foi constatada de fato a rede criminosa. Durante o período da CPI, foram 26 prisões, inclusive prisão internacional por outras questões envolvidas na CPI, como lavagem de dinheiro, tráfico internacional, narcotráfico, enfim.

Como Deputada Estadual, também relatei uma Comissão contra a Violência à Mulher e, como prefeita, tinha de materializar isso. Fui prefeita de Fortaleza por oito anos e a gente tentou materializar todas essas questões de políticas públicas, fazendo o Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde, outra casa-abrigo, porque só existia uma em todo o Estado.

Abordamos também questões que são fundamentais que esta Comissão aponte, como, por exemplo, o papel da casa no nome das mulheres. Nós colocamos mais de 15 mil casas populares nos nomes das mulheres, porque muitas vezes os homens as abandonam e depois vão brigar pela casa, embora as mulheres tenham ficado com os filhos. Então, o papel da casa no nome das mulheres empoderou demais as mulheres em Fortaleza.

E também tive oportunidade de construir a maior referência, hoje, de política pública de saúde da mulher, que é o Hospital da Mulher, em Fortaleza, uma obra de 80 mil metros quadrados, 26 mil metros quadrados de área construída, que foi designado, destinado... E queria, inclusive, convidar esta Comissão a conhecê-lo. É uma instalação muito parecida com o Sarah Kubitschek. Foi o mesmo arquiteto que elaborou o pré-projeto.

O que seria? Um hospital de referência à mulher em toda a sua saúde reprodutiva, da menarca à menopausa, que iria cuidar de todas as questões ligadas à mulher, e assim funcionava desde a UTI neonatal e outras questões que estavam postas. Infelizmente – vejam como é o mundo masculino –, o atual prefeito que governa a cidade quer transformar o hospital num hospital materno-infantil, como se nos visse apenas no papel de mãe. Isso é uma afronta a todas as mulheres.

Por que esta Comissão não pode parar? – Parabenizando a Deputada Jô Moraes e a Senadora Ana Rita que foram muito corajosas em propor a sua continuidade – Porque a nossa luta é histórica. Ou seja, a violência é só a forma mais brutal e visível que existe do que é praticado todos os dias contra nós, mas essa violência se manifesta diariamente. Até com a mãozinha, o tapinha na cabeça, se manifesta essa violência contra nós mulheres, como se o feminino devesse estar o tempo todo subordinado ao masculino, desde sempre na nossa História. Bastava sermos bruxas para morrermos queimadas vivas. Posteriormente, jogamos fora o sutiã. É por causa da luta delas, como bem disse aqui a Deputada Conceição, que estamos aqui. Outras virão e vão continuar essa luta, porque enquanto houver qualquer mulher sendo discriminada, com discriminação de gênero, seja de qual forma for, inclusive a violência simbólica, psicológica, nós temos de estar em marcha e unidas.

Quero me colocar à disposição, quero parabenizá-la e dizer que, certamente, vamos fazer um belo trabalho nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Deputada, vamos precisar muito da sua ajuda, principalmente pela sua experiência nos cargos ocupados. Muito obrigada.

Agora, ouviremos a nossa querida Flávia, que fez um brilhante trabalho na CPMI do Tráfico de Pessoas, como Relatora. Parabéns!

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT – GO) – Obrigada, Deputada, Presidente e Vice-Presidente; Presidente agora. Queria dizer da nossa satisfação de ter você como Vice-Presidente desta importante Comissão Permanente, sabendo da sua luta, principalmente pela cultura da paz. Acho que essa sua mensagem é muito importante para todas nós nesta Comissão.

Queria também dizer que sinto, nas Deputadas que nos antecederam, que estiveram aqui se manifestando, e todas fizeram questão de se manifestar, Deputadas e Senadoras, uma vontade muito grande de poder, através dos trabalhos desta Comissão, dar uma resposta, fazer diferença nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. N

nos últimos dias, recebemos uma notícia boa, o IPEA divulgou uma pesquisa muito atual, onde temos uma queda de 10% nos índices de violência doméstica. No momento onde a gente percebe o aumento da criminalidade, da violência comum de forma generalizada, temos 10% de diminuição na violência doméstica, o que é um indicativo muito importante, é sinal de que estamos no caminho certo.

Ao mesmo tempo, nós, que desde a validação da Lei Maria da Penha temos acompanhado, vimos que no início os índices, Deputada Luizianne Lins, aumentaram, até pela própria subnotificação que existia antes, pela dificuldade que as mulheres tinham de denunciar. Até elas poderem confiar na efetividade da Lei Maria da Penha, nós tínhamos uns números que não nos animavam muito. Mas essa Bancada, na última Legislatura, teve um papel importantíssimo, por meio da implantação dessa CPMI que fez um trabalho brilhante, que hoje tem para nós dados e documentos feitos Estado por Estado, com a participação de grande parte das Deputadas, alguns Deputados, Senadores e Senadoras, e hoje é documento que vai ser um parâmetro.

Dessa vez, esta Comissão não começa do zero, ela já começa com um trabalho bem feito que vai permitir que esta Comissão faça o acompanhamento do que avançou, o que não avançou, qual Estado que conseguiu melhorar desde aquela época, aquele que está parado, e tenho certeza que por meio desse documento nós vamos avançar muito mais.

Eu quero dizer da minha satisfação pela sensibilidade que a Presidência da Câmara e do Senado tiveram em firmar essa Comissão como uma Comissão Permanente. Isso é importantíssimo, porque essa luta não pode parar e eu acredito que nós vamos melhorar ainda mais esses nossos índices.

Eu queria sugerir, aqui, a importância da interação com dados e relatórios de outras CPIs que foram provisórias, que tiveram fim, mas que, com certeza, estão muito relacionadas aos trabalhos dessa CPI. Uma delas é a que eu relatei, justamente a do Tráfico de Pessoas. Nós temos muitas mulheres sendo vítimas do tráfico de pessoas. Nós estamos aprovando, agora, uma lei que muda a nossa legislação. Nós precisamos divulgar isso e trabalhar muito a prevenção para que mulheres não sejam aliciadas e levadas ao tráfico. E também a questão da Deputada Erika Kokay, a CPI que também trabalhou a violência contra crianças e adolescentes. Nós sabemos da multiplicação, da reprodução da violência doméstica, o quanto isso é forte e nós precisamos interagir os trabalhos que foram feitos nessas outras CPIs, para que abordemos todos esses temas dentro desta Comissão que vai estar permanentemente funcionando.

Eu quero desejar, Vice-Presidente, um bom trabalho. Que V. Exª possa nos orientar, nos guiar. Hoje, algumas Deputadas mencionaram... Eu quero deixar, aqui, já, oralmente, a sugestão da mudança do dia, que já foi aprovada, aqui, de quarta-feira para terça. Elas devem encaminhar por escrito, mas parece que é um horário terça-feira à tarde. É um dia, um horário mais propício para a realização. Terá uma presença maior, porque quarta-feira algumas comissões permanentes também estarão funcionando. Eu acredito que seria interessante.

E eu queria me colocar à disposição, também como membro da Comissão Mista de Orçamento, para, além de discutir, que tenhamos, a partir dessa CPMI, um plano de investimento para trabalharmos nos nossos Estados que precisam de recursos, para que a gente garanta, nesta Comissão Mista, recursos para implantar essas políticas públicas em todos os Estados.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada, Deputada.

Vamos precisar bastante da sua ajuda, principalmente com a experiência da CPMI Tráfico de Pessoas. E acho que ouvimos bastante aqui. Estou otimista de que faremos um bom trabalho. Nós mulheres temos um papel fundamental. Nesta Casa precisa ter mulheres, porque a mulher é o ponto de equilíbrio. E eu vejo muito sucesso.

Por conta do tempo, já que vai começar a Ordem do Dia na Câmara, encerraremos os trabalhos.

Proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião.

As Sras e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada, juntamente com as notas da Taquigrafia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e a todas.

(Iniciada às 16 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 41 minutos.)

Edição de hoje: 18 páginas
(O.S. 11216/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

